

ASSUNÇÃO, PARAGUAI, 5 DE AGOSTO DE 1995

*Senhoras e Senhores,*

Gostaria de expressar, como Presidente do Brasil, a nossa satisfação pelos êxitos alcançados no nosso esforço comum no Mercosul.

Há pouco mais de dois anos, estive nesta mesma sala, como Ministro da Fazenda, acompanhando o Presidente Itamar Franco em uma reunião do Mercosul. De lá para cá, muita coisa avançou. Para começar, o Protocolo de Ouro Preto, que é um marco significativo, pois desde 1º de janeiro, como decorrência do Protocolo, estamos funcionando num novo patamar – o de uma união aduaneira.

A Tarifa Externa Comum, que inquietava tanta gente no Brasil e fora dele, hoje é uma realidade e veio para ficar. É uma realidade que está nos mostrando que, nessa breve história do Mercosul, uma história de sucesso, nossos países aprenderam aquilo que é essencial na democracia, que é respeitar o outro e negociar. Quando, eventualmente, alguma decisão é tomada internamente por um dos países, nós devemos sempre ter presente que essa decisão pode afetar os demais. E que, quando, por razões justíssimas muitas vezes, do ponto de vista interno, algumas

das nossas decisões podem afetar negativamente os nossos parceiros do Mercosul, o caminho é muito simples: é conversar com franqueza e, dentro do possível, nos ajustarmos mutuamente, para que possamos seguir avançando de tal maneira que a integração signifique algo muito positivo para cada um dos países que integram o Mercado Comum.

É difícil? É muito difícil. As pressões existem? É claro que existem. São grandes? São enormes, mas é assim que um processo complexo, como a nossa integração, se desenvolve. Na Europa, esse processo vem ocorrendo há décadas. Nós aqui, em poucos anos, estamos conseguindo realizar grandes avanços com tranquilidade e apoio crescentes.

Esse é o segundo ponto que gostaria de ressaltar. É o de que hoje o Mercosul não é mais simplesmente um encontro entre presidentes, entre ministros das Relações Exteriores e, posteriormente, de ministros da área econômica. Agora, alcança um número muito mais amplo de ministros de outras pastas. Hoje, o Mercosul tem uma dimensão inequivocamente política, à qual se agregou também uma dimensão social. E o fato de, nesta manhã, termos conversado com os representantes dos Paramentos e com os representantes de sindicatos demonstra que estamos, efetivamente, incorporando essas novas dimensões à construção do Mercosul.

Ainda é pouco? É pouquíssimo. O Foro Econômico e Social, criado pelo Protocolo de Ouro Preto, que está em processo de ratificação pelos Paramentos, ainda é apenas uma idéia. Mais que uma idéia, uma determinação e um acordo entre os quatro países.

Uma coisa é certa: estamos avançando. No Brasil, a ratificação do Protocolo está pendente de um único passo. Falta apenas o Plenário do Senado aprová-lo. Vamos obter essa aprovação, porque essa ratificação é sentimento nacional brasileiro. E esse sentimento nacional brasileiro se desdobra em um sentimento latino-americano. O Mercosul limita-se, hoje, aos quatro sócios fundadores, mas ele vai crescer para incorporar outros parceiros da América do Sul. Isso é essencial.

Permitam-me, a esta altura, uma pequena reflexão, a qual tenho repetido nos últimos meses. As transformações no mundo contemporâneo foram tantas que, talvez, nós não nos tenhamos dado conta ainda

de que vivemos um novo Renascimento. E digo isso, pedindo permissão ao Professor Sanguinetti, pois estou entrando em uma matéria que não é a minha. É dele e, sobretudo, da Senhora Sanguinetti.

Acredito verdadeiramente que as transformações que nós estamos vivendo dotaram o homem de uma nova dimensão e nos obrigam a uma revisão em nossos conceitos fundamentais, com relação à construção do Estado e das nações.

A revolução nos meios de comunicação tornou o tempo real, imediato. Tudo o que se faz em determinado país é sabido por todo o mundo quase que instantaneamente. Os meios de comunicação permitiram uma conjugação imensa de esforços para o desenvolvimento da economia. As sociedades, hoje, se organizam e se comunicam não somente no nível dos Estados, mas também no nível das organizações não-governamentais. Tudo isso está gerando uma nova cultura e, cada vez mais, temos confiança em que podemos muito. Temos conhecimentos científicos e tecnológicos, o que nos habilita a tomar decisões que permitam uma modificação efetiva das estruturas dos nossos países, embora já tenhamos deixado para trás a competição na corrida pelo espaço exterior. Essa idéia de competição era importantíssima, pois envolvia a noção de um ritmo de guerra. Hoje, essa competição se dá noutros termos: trata-se de um esforço mais de cooperação, como é o caso dos processos integracionistas, que transcendem as fronteiras nacionais.

A verdade é que o homem, hoje, está numa posição equivalente àquela do homem do Renascimento, que pensava ser a medida de todas as coisas. Há algo, porém, de diferente: no Renascimento, buscaram-se padrões de referência no mundo clássico. Nos dias de hoje, não é mais possível espelhar-se em padrões do passado: temos de ousar; temos de inventar novas formas de convivência, sem buscar apoio na experiência anterior da humanidade.

Há outra diferença importante: se no Renascimento o homem se coloca como a medida de todas as coisas, o que se vai refletir na formação dos Estados nacionais, nós, hoje, talvez tenhamos de lidar com conceitos diferentes daqueles que embasaram a evolução dos Estados nacionais. Hoje, o nosso desafio é o de desenvolver formas de convivên-

cia em que a humanidade seja o principal sujeito, e não mais apenas o homem como medida de todas as coisas. Se, como fruto das grandes transformações que estamos vivendo e que trazem à luz esse novo Renascimento, o sujeito passa a ser a humanidade, as reflexões sobre os problemas que nos afligem devem transcender as fronteiras nacionais, não podem mais ser limitadas a um único país. Esse é o caso, por exemplo, da questão da ecologia ou, ainda, do terror atômico, que nos assustou, exatamente porque ele poderia alcançar países que não estavam envolvidos na guerra.

Essa nova visão de mundo, acoplada à capacidade criativa que o homem tem, obrigou-nos a ver além das fronteiras nacionais. Temos, assim, de descobrir formas de convivência que não se podem limitar pelo egoísmo das classes e, sobretudo, não se podem limitar por eventuais pretensões de dominação de Estados por outros Estados.

É por isso que nós convivemos pacificamente nos dias de hoje, queiramos ou não. Não há mais alternativa, senão a da integração, que nos permitirá construir formas novas de desenvolvimento econômico. E, nesse processo de integração, o fundamento da ação vai além do político. É no social, como agora se desenha no Mercosul, que devemos buscar esse fundamento.

Em síntese, queiramos ou não, vivemos uma época nova, a qual já é uma realidade concreta para nossos países. Sabemos, hoje, que temos de fazer um esforço muito grande para harmonizar nossas políticas macroeconômicas, porque elas são fundamentais para a continuidade da integração. E não é por acaso que todos aqui, ou muitos dos governantes que aqui se encontram, tivemos de lutar para acabar com a inflação, para definir formas de controle da economia que permitissem efetivamente um contato entre os nossos Estados nacionais de forma mais adequada.

Não por acaso certas decisões econômicas internas afetam os outros países. Portanto, o tempo todo temos de tomar em consideração o outro como parte dessa visão do mundo. Como disse, essa nova visão está avançando e muito concretamente no caso do Mercosul. A Cúpula de Miami, por exemplo, já nos está propondo desafios maiores, de

caráter hemisférico. O mesmo ocorre a partir da reunião de Denver. Estamos buscando caminhos. Diante desses grandes desafios, temos o dever de buscar novas formas integradas de convivência.

Os caminhos podem, muitas vezes, parecer diferentes, mas eles não se opõem. Ao contrário, se entrecruzam. Por isso fizemos tanto esforço para concretizar o Mercosul e vemos, com alegria, que Chile e Bolívia estão participando dessa discussão, que é muito nossa, dos quatro membros do Mercosul, mas que, por ser nossa, é ao mesmo tempo universal.

Estamos abertos à integração com a União Européia. Estamos aceitando os desafios da integração hemisférica. Mas sabemos também que responderemos melhor a esses desafios se tivermos organizado nosso próprio espaço mais próximo. Essa é a razão por que fomos levados, pela geografia, a discutir, em primeiro lugar, com aqueles que estão mais fisicamente próximos: o Cone Sul.

Isso não quer dizer que o restante da América do Sul não seja prioridade. É sim. Recentemente estive na Venezuela; irei, em breve, à Colômbia. Julgo vital o espaço sul-americano. Vamos tornar esse espaço integrado em realidade. Vamos fazê-lo com humildade, com modéstia, buscando acertar as diferenças e acreditando que isso é fundamental para nossos povos.

Estamos construindo uma nova forma de Estado, talvez ainda sem nos darmos conta disso, em que a presença dos Parlamentos, dos sindicatos, das organizações não-governamentais, etc. em espaços antes exclusivos do Executivo é sintomática dos novos tempos. E o Poder Executivo, que nós, Presidentes, representamos, só vai ter eficácia – e está tendo – se ele for capaz de entender essas mudanças já ocorridas no mundo. E ao Poder Executivo já não basta apenas dialogar com esses grupos que mencionei; tem também de dialogar com os Executivos de outros países, pois temos de ser a expressão de uma vontade que é mais ampla, que é a de nossas sociedades.

É esse o nosso desafio. Não tenho dúvidas de que, mais cedo ou mais tarde, outros países vão estar integrados a esse mesmo espírito e, quem sabe, integrarão nossa união aduaneira com uma Tarifa Externa Comum.

Com que velocidade isso se dará? Com a que for necessária para que os passos sejam seguros. Temos antes de consolidar aquilo que já conse-

guimos. Se nossa perspectiva é a do milênio que se aproxima, não nos angustia o amanhã, desde que já tenhamos um rumo definido. E é exatamente isso que já fomos, em conjunto, capazes de definir. Hoje, nossos países têm um rumo. E ele não é o do isolamento. É o da integração crescente, é o do diálogo entre os vários grupos integradores. Mas esse rumo só terá sentido efetivo para nossos países se ele for assimilado por nossos povos, se ele for a expressão dessa vontade que os Parlamentos, os sindicatos representam. Não podemos nos esquecer jamais daquilo que o Presidente Menem disse: “Nós nos organizamos para resolver problemas e, em cada decisão nossa, temos de pensar: estamos aumentando o nível de emprego, ou não? Estamos atraindo mais investimentos para nossos países, ou não? Esses investimentos respeitam as questões ambientais, ou não? Estamos assegurando a liberdade e a democracia, ou não?” Todas essas questões fazem parte do novo Renascimento.

O mundo que está morrendo, o mundo dos Estados que competiam visando à guerra, o mundo que tinha, na ideologia, uma paixão que freava e cegava, este mundo está morrendo, porque não foi capaz de assegurar a liberdade. As partes do mundo que morreram, que foram ultrapassadas pela História, morreram porque não foram capazes de entender que, sem liberdade, não há ciência, que, sem democracia, não há nada que assegure a continuidade de um processo econômico. E que o Estado é impotente, no seu isolamento esplêndido, para garantir aquilo que é necessário aos povos.

O mundo que está nascendo, do qual estamos participando, é um mundo que crê profundamente na educação, no desenvolvimento científico, sobretudo na liberdade, e que mantém vivos os ideais de justiça e igualdade.

Esse é o nosso desafio. Estamos caminhando para ele com muita certeza, porque nós sentimos que há vontade política e o apoio das sociedades para a mudança.

Muito obrigado.